

## **Operação Rota 66 culmina na prisão de ex-agentes políticos da RMC Criminal**

Postado em: 20/08/2019

Foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão e dois mandados de prisão temporária nas cidades de Curitiba, Pinhais, Araucária, Campo Largo, Balsa Nova e São José dos Pinhais

O Ministério Público do Paraná, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagrou nesta terça-feira, 20 de agosto, a Operação Rota 66, que apura crimes envolvendo concessão ilícita de alvarás para uma construtora. Foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão e dois mandados de prisão temporária nas cidades de Curitiba, Pinhais, Araucária, Campo Largo, Balsa Nova e São José dos Pinhais. Duas pessoas também foram presas em flagrante. Além de celulares, computadores e documentos foram apreendidos valores em espécie (R\$ 164.559,00, US\$ 6.039,00 e €uro; 1.630,00), seis armas e munição. Prisões - Foram presos temporariamente um ex-secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Campo Largo (gestão 2013-2016) e o sócio majoritário da empresa favorecida pelas irregularidades. O ex-prefeito da cidade (gestão 2013-2016) e um servidor do Instituto Ambiental do Paraná foram detidos em flagrante (por posse ilegal de armas e munição). Foram cumpridas ordens de busca e apreensão nas residências e escritórios do ex-prefeito, do ex-secretário, de um ex-deputado estadual (mandato 2015-2018) e de servidores públicos vinculados ao IAP. Os mandados foram deferidos pelo Juízo Criminal de Campo Largo, a pedido do MPPR. De acordo com as investigações do Ministério Público, conduzidas pela 1ª Promotoria de Justiça de Campo Largo, com apoio do Gaeco, os envolvidos são responsáveis por atos legislativos e pela emissão de alvarás de construção e licenças ambientais direcionados para beneficiar a construtora. São apurados os crimes de corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica, tráfico de influência e associação criminosa. A empresa de construção civil é detentora e executora de quatro empreendimentos residenciais em Campo Largo, avaliados em R\$ 400 milhões, além de outras obras na região metropolitana. Confira abaixo arquivo de áudio da coletiva com o promotor de Justiça Anastácio Fernandes Neto, do Ministério Público do Paraná (arquivo bruto).

Informações para a Imprensa:

Assessoria de Comunicação

(41) 3250-4469